

Cassação pode ser acelerada

SE FOR APROVADO O PROJETO QUE ESTABELECE SESSÕES DIÁRIAS NA CÂMARA

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara recebe amanhã as representações contra 16 deputados e um suplente indicados para cassação. A rapidez do julgamento depende, porém, da aprovação do projeto de resolução que estabelece sessões diárias na Casa. Atualmente elas são semanais, o que torna o prazo de defesa — de cinco sessões — muito longo. Os advogados dos acusados estão trabalhando para que não haja quorum para aprovação.

Preocupado com as manobras protelatórias, que já atrasaram em duas semanas o início do julgamento dos acusados, o presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), apelou

aos líderes dos partidos para que convoquem suas bancadas a comparecer à sessão de amanhã. Tão logo receba as representações, a CCJ entregará cópia do auto de acusação de cada um dos envolvidos. Nesse momento começa a contar o prazo da defesa: Caso algum acusado não apresente defesa escrita, será designado advogado dativo.

A previsão de Inocêncio é que até 15 de março as cassações estejam consumadas. A seu ver, a investigação da CPI está fartamente embasada em provas, o que facilitará o trabalho da CCJ. O problema é que, no meio do processo, precisamente em 15 de fevereiro, o presidente da CCJ que iniciará o processo,

deputado José Dutra, terá o mandato extinto e será substituído, provavelmente pelo deputado José Thomaz Nonô, que defende uma tramitação mais cautelosa. Pelos seus cálculos, o julgamento irá até final de abril.

Além do senador Ronaldo Aragão, cujo processo já está em curso, a CPI indicou para cassação o suplente de deputado Feres Nader e os deputados Anníbal Teixeira, Cid Carvalho, Daniel Silva, Ézio Ferreira, Fábio Raunheitti, João de Deus, Flávio Derzi, Genebaldo Correia, João Alves, Ricardo Fiúza, Carlos Benevides, Paulo Portugal, Raquel Cândido, Manoel Moreira, José Geraldo Ribeiro e Ibsen Pinheiro.